

Valor Econômico, 04 de junho de 2021

Lembranças de 2013

Difícilmente o Brasil escapará da onda de protestos que sacode os países do continente, que pode virar recorrente

Por: Armando Castelar Pinheiro

Intensos protestos marcaram o segundo semestre de 2019 na América Latina, lembrando nossa própria experiência em 2013. Vejam, por exemplo, os casos do Equador e do Chile.

No Equador, eles começaram em 2 de outubro, quando o presidente Lenín Moreno anunciou a redução dos subsídios aos combustíveis, existentes há décadas, para cumprir metas fiscais acordadas com o FMI. A decisão, de implementação imediata, enfureceu caminhoneiros e taxistas, que foram às ruas reclamar. Logo outros grupos sociais se juntaram a eles, protestando contra o aumento dos combustíveis, mas também das reformas tributária e trabalhista planejadas pelo governo. Moreno resistiu por algumas semanas, mas depois restabeleceu os subsídios.

Os protestos no Chile se iniciaram em 7 de outubro, quando estudantes foram às ruas reclamar da alta de 3% nas tarifas de metrô e ônibus. Nos dias seguintes, esses ficaram maiores e mais violentos. Em 18 de outubro, 20 estações de metrô foram incendiadas e a polícia reagiu com força, com o presidente Sebastián Piñera declarando estado de emergência, o primeiro desde os anos Pinochet. Isso enfureceu os manifestantes e os protestos cresceram e se espalharam por todo o Chile. Em 25 de outubro, mais de um milhão de pessoas foram às ruas de Santiago; bastante, em um país com 18 milhões de habitantes.

Outros países passaram por experiências semelhantes. No início de 2019, centenas de milhares de haitianos se manifestaram contra a corrupção, exigindo que o presidente Jovenal Moise explicasse o que ocorrera com os dólares doados ao país pela Venezuela. Em abril, protestos em Honduras levaram o Congresso a cancelar as reformas de saúde e educação. Em julho, os paraguaios foram às ruas protestar contra um acordo com o Brasil sobre a hidrelétrica de Itaipu, que foi cancelado em agosto. Em outubro, os

peruanos manifestaram seu apoio à decisão do presidente Martín Vizcarra de dissolver o Congresso e convocar novas eleições parlamentares.

Em novembro, os bolivianos protestaram contra o que viram como fraude eleitoral, forçando a renúncia e o exílio do presidente Evo Morales. Na Colômbia, manifestantes fizeram uma greve geral em 21 de novembro, quando meio milhão de pessoas foi às ruas protestar contra a forma como o presidente Iván Duque administrara o acordo de paz de 2016 e sua proposta de reforma tributária, entre outras queixas.

Os manifestantes perturbaram a vida das pessoas, bloquearam iniciativas políticas e incendiaram veículos e edifícios, mas nunca ficou claro porque então e ali. Os gatilhos de protesto variaram entre os países, mas é consensual que eles foram apenas os estopins, não as verdadeiras causas.

Os únicos consensos são que houve aprendizados com os protestos em outros locais, que as redes sociais facilitaram a organização da ida às ruas e que os manifestantes tinham raiva. Para alguns, a raiva derivava da desaceleração econômica com o fim do superciclo das commodities. Porém, isso é inconsistente com os países onde houve protestos sem que tivessem sido muito afetados por isso, enquanto em outros, que sofreram mais, não houve manifestações. Nem explica os protestos terem voltado agora, quando os preços das commodities estão tão altos.

Parece mais razoável atribuir essa raiva, como no Brasil em 2013, à frustração com a qualidade dos serviços públicos - saúde, educação, segurança pública e transporte público. Frustração que se estende aos partidos políticos tradicionais, que muitos acreditam não os representar, como também se vê em países de outras regiões. As pesquisas de opinião mostram que o apoio à democracia liberal enfraqueceu na América Latina, sendo ele particularmente fraco entre os jovens.

A boa notícia é que não houve ruptura democrática: vieram as eleições e os descontentes tiveram oportunidade de se expressar. Na Bolívia e no Equador houve eleições e novos presidentes tomaram posse. No Peru, houve um primeiro turno em 11 de abril e o segundo será no próximo domingo, 6 de junho. No Chile, uma Assembleia Constituinte foi eleita em meados de maio para redigir uma nova constituição, depois que 78% dos eleitores optaram por essa via em referendo feito em 2020.

A má notícia é que há um risco relevante de nos próximos anos vermos uma piora no já fraco desempenho econômico da região. Três casos, envolvendo países com histórico relativamente positivo de crescimento, ilustram isso. Na Colômbia, os protestos voltaram este ano e levaram ao abandono da reforma tributária, dificultando o ajuste fiscal e levando à queda da nota de risco de crédito do país. No Peru, o candidato à frente das pesquisas defende modelo econômico semelhante ao da Venezuela. No Chile, 60% dos eleitores não votaram na eleição para a Assembleia Constituinte, os partidos tradicionais tiveram votações pífiyas e o que constará da nova constituição é uma incógnita.

Difícilmente o Brasil escapará dessa onda de protestos, que promete virar recorrente. Esse risco será tão maior quanto mais polarizada e equilibrada for a eleição de 2022. E é um fator a mais a considerar no processo de aprovação de reformas econômicas mais ambiciosas.

Fonte original: <https://valor.globo.com/opinia0/coluna/lembrancas-de-2013.ghtml>